



Câmara dos Deputados  
Deputado Federal **Heitor Freire** – PSL/CE.

## **PROJETO DE LEI Nº , DE 2020**

**(Do Sr. Heitor Freire)**

Revoga o inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei revoga o inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se o inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Como já ressaltava Ludwig von Mises no início do século XX, “aqueles que estão pedindo mais interferência dos governos estão pedindo, em última instância, mais coerção e menos liberdade”. No momento em que a

Documento eletrônico assinado por Heitor Freire (PSL/CE), através do ponto SDR\_56094, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



humanidade tem atravessado uma das piores pandemias de toda a sua história, o debate acerca da obrigatoriedade da vacinação volta à tona.

Não resta dúvida que a pandemia de COVID-19 se mostra o maior desafio do nosso século e o seu combate requer um compromisso global entre as nações, bem como um fomento contínuo por parte dos governos para informar a população sobre medidas destinadas a frear o avanço da doença.

Entretanto, é perceptível que o combate a pandemia vem sendo utilizado como pretexto para atitudes verdadeiramente tiranas por parte das autoridades, especialmente no Brasil, inclusive com o perigoso aval dado pelo Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre a Medida Provisória 926, de 2020, para que governadores dos estados adotem medidas que bem entenderem neste sentido.

Fato é que a recente Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento do coronavírus, trouxe em seu art. 3º, III, atos compulsórios, ou seja, que podem ser aplicados mesmo contra a vontade do cidadão, dentre os quais a vacinação, mas também a realização de exames médicos, teste laboratoriais, coletas de amostras clínicas e tratamentos médicos específicos.

Ressalta-se aqui que não se trata de se opor a vacinação ou de qualquer averiguação médica, mas de preservar o direito daquele que, seja qual for o motivo, não desejar se submeter de forma voluntária. Trata-se aqui do respeito a direitos fundamentais estabelecidos pela própria Constituição Federal, especialmente em seu art. 5º, como a inviolabilidade da intimidade e do próprio corpo.

Não obstante, é preciso ressaltar que o novo coronavírus ainda possui o seu comportamento dinâmico. Mesmo na comunidade científica, muito se debate, mas poucas são as certezas sobre o tratamento e até os seus sintomas. Diante disso, nada mais natural o receio de grande parte da população sobre o desenvolvimento de vacinas ou tratamentos que não são

capazes de transmitir a segurança necessária para que, de forma voluntária, essas pessoas assim se submetam a eles.

Nesse sentido, propomos através do presente projeto de lei simplesmente a revogação do inciso III da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, visando preservar as liberdades individuais que estão acima da tirania do Estado e estimulando o voluntarismo e o direito do cidadão de fazer as suas próprias escolhas. É nesse sentido que peço o apoio dos estimados pares desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

**Deputado Heitor Freire**  
**(PSL/CE)**

Documento eletrônico assinado por Heitor Freire (PSL/CE), através do ponto SDR\_56094, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

